

## ***O idealismo da Constituição no Brasil entre os anos 1920/1930: a reescrita do texto sob diferentes contextos políticos***

Gabriel Duarte Costaguta<sup>1</sup>  
Daniel Machado Bruno<sup>2</sup>

134

**Resumo:** Nas décadas de 1920 e 1930, houve a emergência de crises políticas e sociais dos modelos identificados com a democracia liberal em vários países das Américas e da Europa Ocidental. No caso brasileiro, muitos intelectuais produziram críticas ao liberalismo, tomando-o como responsável pelos problemas de ordem política, social e econômica daquele contexto, entre eles Francisco José de Oliveira Vianna, intelectual atuante nos debates políticos do período. Neste artigo, amparando-nos em perspectiva aportada pela história intelectual, propomos compreender seu texto *O idealismo da Constituição* (1927) considerando, de um lado, sua crítica ao liberalismo nacional e, de outro, a dimensão de transformação retórica e semântica operada pelo autor na segunda edição do livro (de 1939), à luz de uma nova interação com um contexto político diferente daquele dos anos 1920. Assim, defende-se que a compreensão deste texto requer acompanhar suas duas versões e, em particular, indagar a mobilização contextual de valências introduzidas ao conceito de *democracia*.

**Palavras-chave:** Oliveira Vianna; Pensamento político e social brasileiro; História Intelectual; Democracia corporativa; Contextos políticos.

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidad Autónoma de Madrid (UAM-ES), contratado como Personal Investigador en Formación (FPI-UAM). Mestre em História pela PUCRS. E-mail: [gabriel.duarte@uam.es](mailto:gabriel.duarte@uam.es). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6059-9962>.

<sup>2</sup> Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em História pela PUCRS. Bolsista CNPq. E-mail: [daniel.bruno@acad.pucrs.br](mailto:daniel.bruno@acad.pucrs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7035-4053>.

## 1. Preâmbulo metodológico

*Com o afinilamento da análise linguística dos conceitos, antigas proposições tornam-se mais precisas, assim como os fatos históricos e as relações entre eles, supostamente já compreendidos, tornam-se mais claros.*

Reinhart Koselleck<sup>3</sup>

135

Um breve recorrido pelos trabalhos mais recentes inscritos no campo do Pensamento Político e Social Brasileiro nos permite perceber que a substituição de categorias analíticas como “mentalidade”, “pensamento”, “ideias”, “ideologias”, por noções como “discursos”, “conceitos”, “sentidos”, “linguagem”, etc. (BRUNO, 2020; COSTAGUTA, 2020; CUNHA, 2018; SILVA, 2009; VISCARDI, 2019) indica um importante processo de oxigenação da área a partir da introdução de novas perspectivas de abordagem de temas e de textos políticos do pensamento nacional. Entre os novos caminhos trilhados na incursão ao referido campo de pesquisa, há, por exemplo, as sugestões metodológicas da história conceitual de Reinhart Koselleck, nas quais propõe que conceitos políticos carregam em si elementos de longa duração em termos de conformação da trama social e, ao mesmo tempo, criam cursos de ação visando ao planejamento do futuro desde o tempo presente (KOSELLECK, 2014).

Segundo essa perspectiva metodológica, afirma Koselleck (2006, p. 101) que “os momentos de duração, alteração e futuridade contidos em uma situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível linguístico”, a partir de uma concepção histórica que entende o passado e o futuro como dimensões entrelaçadas na articulação dos conceitos políticos. Desse ângulo de abordagem, considera-se, sobretudo, as modulações da temporalidade histórica subjacente que os conceitos enquanto ações políticas e linguísticas mobilizam, no sentido de sua capacidade de elaborar cursos de ação no presente.

[...] embora os conceitos compreendam conteúdos sociais e políticos, a sua função semântica, sua economia não pode ser derivada apenas desses mesmos dados sociais e políticos aos quais se referem. *Um conceito não é somente o indicador dos conteúdos compreendidos por ele, é*

---

<sup>3</sup> Koselleck (2006, p. 104).

*também seu fator.* Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias. Por isso a história dos conceitos é capaz de investigar determinados conteúdos não apreensíveis a partir da análise empírica. (KOSELLECK, 2006, p. 109-110, grifo nosso)

A partir dessa perspectiva de análise inspirada na história conceitual, alia-se por premissa a discursividade produtora de conceitos ao eixo da ação política (no âmbito das projeções de futuro), de modo a verificar na proposição do conceito uma determinada relação temporal entre experiências do passado selecionadas e aspirações do futuro projetadas em seu ato de articulação pelos atores sociais em suas conjunturas políticas. Sendo assim, entende-se que o “conceito abre determinados horizontes” à ação política, articulando-os segundo determinada relação entre as experiências do passado que são por ele retomadas e relidas no presente junto a aspirações de futuro politicamente projetadas que o movem no plano de debates intelectuais e ideológicos em seu contexto.

136

Partindo-se dessa consideração metodológica, temos por objetivo construir uma análise da obra de interpretação política do Brasil *O idealismo da Constituição*, publicada por Oliveira Vianna em 1927, através deste olhar aportado nas contribuições da história intelectual e conceitual. A análise que faremos da obra consiste em abordá-la em duas linhas de investigação: a primeira diz respeito efetivamente ao discurso elaborado por Oliveira Vianna de crítica ao liberalismo nos anos 1920, assentado em sua leitura sobre a Carta Constitucional de 1891, que formalizou a mudança de regime político do sistema monárquico para o republicano no país; a segunda, diz respeito à modificação na mobilização do conceito de *democracia* operada por Vianna entre as duas primeiras edições da obra (1927/1939)<sup>4</sup>. Se o primeiro ângulo se justifica com base no entendimento de que a crise do liberalismo parece constituir um dos principais fios condutores do debate político e intelectual dos anos 1920, com o segundo ângulo pretendemos enfocar a alteração realizada pelo autor na segunda versão do texto publicada nos anos 1930, em contexto substancialmente diferente daquele da edição original. Com isso, justificamos desenvolver este estudo a partir da perspectiva de compreender o texto em suas duas edições e não o abordar como uma obra

---

<sup>4</sup> Este será o enfoque específico da análise na seção textual três, intitulada “As mobilizações do conceito de democracia entre a 1ª e a 2ª edição de *O idealismo da Constituição* (1927/1939)”.

unívoca e definitiva, atentando-se, desse modo, a aspectos pouco trabalhados pela literatura do pensamento brasileiro, como a devida consideração das modificações (acréscimos e substituições) que são feitas pelo autor tendo em vista a inserção do texto em contextos políticos e intelectuais diferentes de seu momento de produção original.

Nossa hipótese de leitura concebe, assim, que, por trás dos diferentes usos do mesmo conceito (a categoria “democracia”), em que houve adição particular de valores à noção na segunda edição do texto (em concreto, o acréscimo de um adjetivo que reformou a expressão original), há uma nova interação com o contexto político dos anos 1930 que confere acento corporativista à crítica ao liberalismo feita desde a edição primeira dos anos 1920. Portanto, a partir da percepção de que houve uma importante operação simultaneamente política e interpretativa no texto em sua segunda edição (de 1939), consideramos compreendê-la como um verdadeiro “lance”<sup>5</sup> proposto pelo autor que desdobrou uma nova interação da obra com o contexto político dos anos trinta, diferente se comparado àquela de sua edição original.

137

Inserindo-se no plano mais empírico de nossa análise, compreende-se que a década de 1920 é atravessada em várias nações da Europa Ocidental e das Américas pela emergência de crises dos modelos identificados com a democracia liberal-representativa. Naquele contexto social e político, muitos intelectuais europeus e americanos, de variadas posições político-ideológicas, produziram críticas do liberalismo tomando-o como responsável por problemas de ordem política, social e econômica que obstaculizavam o desenvolvimento das sociedades no século XX. No caso brasileiro, nossa referência de estudo, um argumento se sobressaiu como especialmente relevante nos discursos construídos à época: o diagnóstico sociológico que apontava a inadequação do sistema representativo liberal às supostas necessidades de desenvolvimento social do país.

Neste movimento crítico, muitos intelectuais brasileiros projetaram a reconstrução da ordem política nacional e definiram o sistema liberal ambientado

---

<sup>5</sup> A partir da noção de “lance”, compreendemos aqui a proposição de que por meio da linguagem se realizam atos políticos, novos usos dos conceitos e apreensões de significados que se concretizam em intervenções nos conflitos intelectuais e ideológicos das conjunturas de que os autores participam. Sobre a discussão em torno do uso dessa expressão na compreensão de embates intelectuais, ver: Skinner (2005).

à época – do modelo político liberal-oligárquico vigente durante a experiência da chamada Primeira República (1889-1930) - como “inapto” às estruturas da sociedade brasileira, isto é, não “adaptável” ao que constituiria o arcabouço cultural identificado como de características da formação histórico-social do país.

Segundo alguns dos intelectuais conservadores que produziram discursos<sup>6</sup> com forte repercussão naquela conjuntura, havia a concepção de que cada cultura nacional possuía características próprias em termos de identidade social e que esses atributos eram conferidos pela história cultural e política particular de cada sociedade. Em seus argumentos de fundo organicista, a história e a cultura adquiriram peso de fundamentos sociológicos que deveriam informar e condicionar a construção de um arcabouço jurídico-político “adequado” e adaptado, por sua vez, à condição histórica precedente, característica observável em várias das produções intelectuais da década de 1920<sup>7</sup>. Essa leitura sociológico-política, presente nas interpretações de autores como, por exemplo, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Alceu Amoroso Lima, elaborava, no plano da linguagem política, um arranjo de transformação das relações entre Estado e sociedade neste contexto, tratando-se, de fato, de pleitear redefinir a órbita de atuação do Estado naquela conjuntura - em crítica ao modelo liberal - e projetar a construção de uma nova ordem jurídico-política. Estudos sobre o debate político e intelectual do período assinalam a recorrente busca à época pela construção de um novo projeto nacional no país, como ponderam, por exemplo, Aloísio Alves Filho e Lincoln de Abreu Penna:

Essa recorrente busca em fixar e divulgar ideias a respeito do país refletia o desejo de se cogitar num projeto nacional. Começava neste momento o processo de substituição de valores junto às esferas do poder. Se isto evidenciaria uma mudança de maior substância, não se sabia naquele momento, mas a sensação de que alguma coisa se mexia em direção ao novo era captada pelos mais sensíveis atores e protagonistas da cena brasileira. (ALVES FILHO; PENNA, 2011, p. 48)

---

<sup>6</sup> Utilizamos o conceito de “discurso” alinhado à perspectiva proposta por António Manuel Hespanha (2018, p. 9), isto é, tomando os “discursos como palcos de lutas sociais”. Nesse sentido, empregando a noção em nosso estudo particular, entende-se que em torno à formulação de discursos políticos de interpretação do país estava a disputa por projetos de poder que encaminham diferentes propostas alternativas ao Estado brasileiro.

<sup>7</sup> Citam-se aqui, a título de exemplificação, trabalhos como os de Alberto Torres em *As fontes da vida no Brasil* (1915) e Azevedo Amaral em *O Brasil na crise actual* (1934), entre outros pensadores políticos do período.

Nesse sentido, ao que os autores ponderam como a “direção ao novo” podemos compreender a construção de uma nova ordem política que passa pela redefinição discursiva da relação entre as elites que controlavam o Estado e os diversos grupos da sociedade brasileira vista como desorganizada e “amorfa” em análises recorrentes naquele contexto (VIANNA, 1920; 1930). Nossa proposta incide justamente em analisar como no livro *O idealismo da Constituição* (1927/1939) Oliveira Vianna, interagindo com as transformações políticas ocorridas entre as duas edições nas décadas de 1920 e 30 (entre 1927 e 1939, respectivamente), efetuou essa construção discursiva do “novo”, adicionando o caráter corporativista como fechamento à crítica política ao liberalismo brasileiro.

## **2. A crítica política à Constituição de 1891: a formulação da categoria “idealismo político” brasileiro**

139 Francisco José de Oliveira Vianna<sup>8</sup> (1883-1951) foi um intelectual público de vasta produção nas décadas de 1920 a 1940 no país, desde ensaios de interpretação da nação a artigos de conjuntura e pareceres técnicos. Para além da atividade intelectual, Oliveira Vianna exerceu cargos públicos de alto escalão, sobretudo no governo Vargas, onde atuou como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1932 a 1940. Vianna operou desde os anos 1920, junto a outros pensadores sociais e políticos proeminentes do período, uma das principais críticas políticas ao processo de instituição da República federativa no Brasil e, sobretudo, ao conteúdo da carta Constitucional de 1891. O autor produziu uma interpretação da história nacional na qual a Proclamação da República e seu processo constituinte são lidos como promotores de uma vasta desestruturação da organização política e social do país. Nesse sentido, mais do que a crítica à constituição de um novo regime político, o autor critica a

---

<sup>8</sup> Sobre a trajetória do autor, destacamos que foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, a partir da década de 1930, tornou-se um importante intelectual por trás do governo varguista e, durante alguns anos, vinculado ao regime estadonovista. Soma-se a isso sua eleição em 1937 como membro da Academia Brasileira de Letras. Para mais informações, ver: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV. Para uma análise mais informada e acurada da trajetória intelectual e atuação política de Vianna durante o primeiro governo Vargas, recomenda-se consultar: Fontana (2017).

desmontagem de uma estrutura política que subjazia ao sistema monarquista e que, em seu argumento, a República não logrou reconstruir:

O grosso da massa politicante se distribuía entre as duas facções tradicionaes: a liberal e a conservadora. Com a irrupção republicana, esses velhos quadros partidários desapareceram, quebrando-se em milhares de fragmentos, cada um constituído de um pequeno clan aggrupado em torno de um pequeno chefe<sup>9</sup>. (VIANNA, 1927, p. 21)

140 Nessa linha de argumentação, Vianna descreve a transição do regime monárquico ao republicano como um processo de desarticulação da base social sedimentada (dividida internamente ao sistema entre liberais e conservadores) em troca da substituição daquilo que chama de uma estrutura fragmentada de clãs partidários, cujos vínculos se prenderiam apenas aos chefes, não a pautas nem a projetos políticos de escala nacional. Construir essa interpretação sob uma retórica política conservadora implica conceber a destituição do sistema monárquico como a quebra de uma ordem social e política “estável” e identificada, pelo autor, com a construção da nação brasileira. Representou, nesse raciocínio, desarticular uma ordem nacional em nome da montagem de uma estrutura de poder “localista” e, segundo ele, de perfil “clânico”.

Assim, emerge no discurso de Vianna e, mais especificamente, no texto de “O idealismo da Constituição”, a crítica ao sentido político da Constituição Republicana de 1891. Seu conteúdo crítico está associado à produção de um antagonismo claro traçado pelo autor entre o que constituiria o ideário dos *constituintes imperiais* e o que demarca o pensamento político dos *constituintes republicanos*. Conforme Vianna,

Há ainda um outro traço, que descrimina as duas grandes assembléas constituintes. Os constituintes do Imperio eram homens todos animados de altos ideaes políticos: como já vimos, todos se uniam no ardente e claro pensamento de construir uma patria. Na Constituinte da Republica, o pensamento politico, que a animou, não tinha, no espírito da maioria, a clareza e a intensidade do ideal, que inspirara os constituintes imperiais. Para muitos, a Republica era uma aspiração de ultima hora. (VIANNA, 1927, p. 22-23)

O problema exposto pelo autor é de que não haveria desde o processo de proclamação republicana um projeto político preocupado em construir uma ordem

---

<sup>9</sup> Alerta-se que todas as citações deste texto-fonte conservam a grafia original das edições examinadas.



nacional, mas sim em desfazer a estrutura político-administrativa legada pelo período imperial. A nova Constituição Republicana seria, nesse argumento, produto de um “vago programa de aspirações vagas formulado em phrases vagas”; no caso, fazendo referência a princípios como “regime da opinião”, “soberania do povo”, “organização federativa” (VIANNA, 1927, p. 24). A mobilização retórica desses princípios políticos abstratos era, para o autor, um traço característico da mentalidade dos agentes políticos que organizaram a nova constituinte de 1891, os quais, por suposto, confeririam maior relevância a eles do que às necessidades tidas como “práticas” da organização social. Vianna formula, desse modo, essa característica que constituiria a mentalidade que presidiu a emergência da República como “idealista”, desconectada do que seria a “realidade” da nação:

O traço mais distinctivo dessa mentalidade [dos republicanos] era a crença no poder das formulas escriptas. Para esses sonhadores, pôr em letra de forma uma idéa era, de si mesma, realisal-a. Escrever no papel uma Constituição era fazel-a para logo cousa viva e actuante: as palavras tinham o poder magico de dar realidade e corpo ás idéas por ellas representadas. (...) Os republicanos historicos, especialmente os constituintes de 91, dir-se-hiam (...) que, pelo simples poder das fórmulas escriptas, não só era possivel mover-se uma roda, como mesmo mover-se uma nação inteira. Neste estado de espirito é que elaboraram a Constituição de 24 de Fevereiro [de 1891]. (VIANNA, 1927, p. 25)

141

Nesse sentido, a tese sustentada por Vianna é a de que havia um profundo descompasso entre o conteúdo jurídico-político da Constituição de 1891 e as condições histórico-estruturais da sociedade brasileira, cujo principal argumento que o balizava era a desmontagem de uma estrutura econômica e social vista como a base do sistema político monárquico. Seu recurso a um só tempo hermenêutico e político - alinhado, portanto, a premissa anunciada nesta análise que alia o discurso ao terreno da práxis política - é recorrer à caracterização da nova Carta como “liberal” e postulá-la como fundada em perspectivas e fontes políticas “externas” (inspiradas no modelo francês, inglês e norte-americano) ao meio social do país, ou seja, desvinculadas do que constituiria nossas necessidades históricas “realistas”. Para Vianna,

Esta Constituição resume, entretanto, nas suas paginas, tudo o que havia de mais liberal nas correntes idealistas da epoca; de modo que nos artigos deste código fundamental podemos ver uma bella synthese de toda a ideologia republicana dos primeiros dias. Esta ideologia era uma mistura um tanto internacional e, por isso mesmo, heterogenea do



democratismo francez, do liberalismo inglez e do federalismo americano.  
(VIANNA, 1927, p. 27)

Em seu discurso, caracterizou a Constituição Republicana como resultado de um processo de instabilidade política que instaurou uma nova base econômica (a “indústria do emprego público”) em lugar da estrutura de trabalho escravo que configurava o centro da vida social. À moda desse argumento, o novo sistema teria cedido espaço à ampliação dos cargos públicos em um contexto de desagregação da antiga ordem de modo a abrir zona de disputa política permanente e “interessada” nos meandros do poder, ao que o autor opôs em cerrado antagonismo a precedente atuação estadista imperial.

O novo regimen, aliás, pelo seu caracter democratico, como pelo seu espirito descentralizador e federativo, multiplicara prodigiosamente, na União, nos Estados e nos Municipios, os cargos administrativos e os cargos de representação. (...) *Os cargos publicos, - administrativos ou politicos, - passaram a ser disputados, não como meio mais efficiente para realizar o “ideal”, o “sonho”; mas, pura e materialmente, como meio de vida.* (VIANNA, 1927, p. 33, grifos nossos)

142 Sua crítica profunda à Carta Constitucional reside, portanto, no postulado de um desajuste radical entre o por ele cunhado “idealismo da Constituição” republicana e o signo (por ele atribuído) da “realidade nacional”, isto é, o ambiente social e político para o qual destinava-se a construção do regime político. Segundo Vianna, a engenharia constitucional operou uma construção cujas premissas não seriam compatíveis à realidade da organização social visada, na medida em que não haveria aqui “opinião pública”. A opinião organizada e fomentada pela cidadania não constituiria, para o autor, um traço marcante da formação social e política do país; logo, sua ausência e/ou fragilidade repercutiria no funcionamento do sistema político desenhado pela então Constituição. Assinalou o autor que,

Como se vê, os republicanos da Constituinte construíram um regimen politico baseado no presupposto da opinião publica organizada, arregimentada e militante. Ora, esta opinião não existia, e ainda não existe, entre nós: logo, ao mecanismo idealizado pelos legisladores de 91 faltava o sopro inspirador do seu dynamismo. Dahi a sua fallencia. (VIANNA, 1927, p. 43)

Sendo assim, o problema fulcral seria organizar a opinião pública e criar meios de fomento à participação cidadã no funcionamento do sistema político nacional, aspecto que, segundo o autor, não teria sido considerado pelos

constituintes republicanos na montagem da nova ordem política. Com o diagnóstico desse problema estrutural, que na perspectiva do pensamento do autor é considerado como falta de uma condição cultural preliminar indispensável à performance do modelo político, Vianna responsabiliza a República por instituir um sistema baseado em premissas inexistentes no Brasil (existentes apenas em outros lugares, como na democracia inglesa, por exemplo), voltando-se maior importância a medidas como o mecanismo democrático de sufrágio universal que seriam ineficazes no país, tendo em vista o diagnóstico da inexistência de opinião pública:

Ora, (...) a simples concessão do suffragio a todos os cidadãos [brasileiros] não bastaria para criar aqui estas condições que constituem o ambiente da democracia inglesa. Não existe solidariedade de classe. Não ha nenhuma classe entre nós realmente organizada, excepto a classe armada. Essas grandes classes populares – que são os órgãos principaes da elaboração da opinião britanica – não tem aqui organização alguma, ou tem uma organização rudimentar. (VIANNA, 1927, p. 47)

143 O autor desenvolveu o argumento de que era preciso, para organizar as fontes da “opinião” pública e colocar o edifício constitucional em prática, criar o espírito de solidariedade entre as classes sociais. Essa argumentação, que já estava presente na edição original de 1927, passa a receber uma nova carga ideológica a partir da segunda edição de *O idealismo da Constituição* (1939), em que o propósito *corporativo* – de organizar e criar o sentido de unidade e coesão das classes profissionais – ganha maior relevo e adensa o argumento.

Nesse campo, a retórica política mobilizada pelo autor construiu o sentido de “idealismo” atribuído ao edifício constitucional republicano por radicalizar, de um lado, a desarticulação da estrutura social que embasava o modelo político imperial e, de outro, inspirar-se em sistemas políticos estrangeiros alheios ao que o autor demarcou como realidade nacional. Assim, construiu-se a ideia da necessidade de um regime político necessariamente compatível, “conveniente e adaptado ao nosso povo”, cuja premissa era justamente a crítica à plataforma liberal e federativa da Constituição de 1891 por seu embasamento em modelos externos ao país. De posse desse pressuposto, alinhava-se à retórica *conservadora* que afirmava o imperativo da realidade nacional e a necessidade de “adaptar” os modelos

políticos, em linguagem naturalista, a seus atributos estáveis e fixos, dispostos pelo processo de formação histórica.

A partir da compreensão dos parâmetros de adaptação e compatibilidade, o autor formulou uma argumentação que buscava aliar a construção de uma nova ordem político-institucional à sua interpretação de fundo histórico-sociológico da realidade brasileira, postulada como “realista” e objetiva como era recorrente nas molduras intelectuais compartilhadas por vários pensadores da época (Alberto Torres, Azevedo Amaral, Alceu Amoroso Lima, Francisco Campos etc.). Nesse quadro, uma ordem institucional vista como adaptada às características culturais e sociais atribuídas ao povo era o modelo assentado na centralização política que previa um Estado forte, sustentado por sua capacidade potencial de atenuar as tendências facciosas e de individualismo político que demarcavam a sociedade na concepção de autores como Oliveira Vianna<sup>10</sup>:

144

Ora, nós, os homens de agora, não podemos continuar a cultivar este ingenuo estado d'alma de esthetas de Constituições. O nosso objectivo não será mais a “harmonia”, nem a “beleza”; mas, sim a “conveniencia” e a “adaptação”. O que devemos querer não são regimes bellos ou harmonicos, mas sim regimes convenientes e adaptados ao nosso povo. (VIANNA, 1927, p. 68)

Desse excerto, depreende-se que a obra de construção política deveria ser regida pela adaptabilidade ao meio social a que se destina; este, portanto, o fracasso de origem da Constituição Republicana ao pressupor um modo de funcionamento do meio social que, na ótica do autor, estava em pleno desacordo com a realidade. Por essa razão, um dos elementos-chave que passa a articular a revisão do texto em sua segunda edição é orientar o debate a partir de uma forma política apresentada como modo corporativista de organização da sociedade, visando sobretudo, nos termos da linguagem a que Vianna faz uso, à articulação das “fontes de opinião” que a República, em sua crítica, não teria sido capaz de realizar.

Este será um dos importantes objetos da agenda de investigação que Vianna passou a articular a partir da década de 1930, período em que o autor enfoca problemas de natureza jurídica e político-institucional do país, partindo como princípio das análises sobre a formação da sociedade que havia feito nos ensaios

---

<sup>10</sup> Sobre esse debate a respeito da ordem político-institucional, consultar especialmente: Vianna (1930).

escritos ao longo dos anos 1920. O tema do corporativismo e de questões relativas ao mundo do trabalho e à representação político-social passaram a direcionar seus estudos e, sobretudo, pareceres de sua atuação política profissional, haja vista que este é o momento em que o autor passou a desempenhar funções nos órgãos burocráticos do Estado (precisamente no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - MTIC). Desenvolveremos, em maior grau, essa discussão nos próximos tópicos deste texto.

### **3. As mobilizações do conceito de *democracia* entre a 1ª e a 2ª edição de *O idealismo da Constituição* (1927/1939)**

145      Acerca do debate sobre a construção da ordem política, Diogo Cunha propôs, em artigo recente, ao investigar o uso dos conceitos de *democracia* e de *revolução* no Brasil republicano, a tese de que autores como Miguel Reale, Azevedo Amaral e Octavio de Faria, ao ressignificarem os conceitos à luz de novas linguagens políticas emergentes naquele contexto, “criaram experiências, ou seja, a possibilidade de um Estado autoritário e corporativista existir no Brasil de forma legítima” (CUNHA, 2018, p. 108). De forma aproximada à argumentação do pesquisador, pode-se perceber, a partir da análise das mobilizações do conceito de “democracia” efetuadas por Oliveira Vianna nas duas edições de *O idealismo da Constituição* (em 1927 e 1939), que o pensador político brasileiro também logrou criar perspectivas de análise que aproximavam o conceito à defesa de um Estado de tipo autoritário durante os anos 1930.

É importante assinalar, do ponto de vista teórico-metodológico, certa precaução conceitual no uso do termo “autoritarismo”. Esta categoria política bastante corrente nos debates políticos não apresentava, à época em foco, o significado hegemônico e mais convencional que desde as experiências do pós-Segunda Guerra Mundial e do revigoramento do modelo da democracia liberal (como quadro institucional dos procedimentos democráticos) passou a adquirir, no sentido de tornar-se uma antítese conceitual a esse quadro, sendo aproximada aos conceitos de totalitarismo, fascismo etc. Nos anos 1920 e 1930, em outro plano, havia a apropriação do termo por parte da linguagem política de diversos intelectuais no sentido de constituí-lo pragmaticamente como modelo alternativo à

democracia liberal representativa (e não como signo antagônico ao conceito de democracia em si mesmo). A partir dessa concepção, procuraremos contribuir, nas linhas que seguem, com a reconstrução do complexo debate acerca da historicidade do conceito de democracia à luz dos usos realizados por Vianna entre as duas edições de sua obra analisada.

### 3.1 A mobilização do conceito de democracia em “O idealismo da Constituição”, 1ª edição (1927)

146 A década de 1920 foi marcada pela profunda crítica ao sistema político liberal e, nessa chave, a questão da democracia, associada muitas vezes ao modelo liberal, sofreu críticas na mesma intensidade em reflexões do pensamento político da época. Muitos intelectuais brasileiros filiados à perspectiva autoritária de direita mobilizaram o conceito de democracia no intuito de criticá-lo fortemente, na medida em que era tomado como face espelhada do liberalismo<sup>11</sup>. No caso dos escritos políticos de Oliveira Vianna, o uso do conceito de democracia, por sua vez, parece não obedecer exatamente a essa chave de análise mais recorrente. Na primeira edição de *O idealismo da Constituição*, publicada originalmente no ano de 1927, Oliveira Vianna afirmou que,

Há presentemente um certo movimento de interesse em torno da velha these da democracia. Revivem-se antigos debates sobre a soberania do povo, sobre o direito do suffragio, sobre a representação política, sobre o princípio da liberdade. Eu observo, cheio de atenção e curiosidades, todas essas agitações, de que o núcleo paulista, sempre vivaz, parece ser o centro de irradiação. [...] Tenho a impressão [...] de que esta moderna mentalidade agitadora não differe muito da mentalidade antiga – a que, há cem annos, vem “sonhando” a democracia no Brasil. (VIANNA, 1927, p. 9-10)

Embora estejamos de acordo com as análises praticamente consensuais da crítica especializada sobre o pensamento vianniano definindo-o como intelectual autoritário<sup>12</sup>, a problemática da democracia para Vianna não era simplesmente o

---

<sup>11</sup> Cita-se, por exemplo, o caso de alguns intelectuais ligados à Ação Integralista Brasileira (AIB), como Gustavo Barroso e Olbiano de Mello, assim como os pensadores vinculados à Ação Imperial Patronovista Brasileira (AIPB) – organização monarquista fundada em 1928 -, como Paim Vieira. No artigo de Diogo Cunha destacado anteriormente, verifica-se que Octavio de Faria é outro exemplo desta perspectiva crítica característica dos anos 1920/30.

<sup>12</sup> A literatura é, em geral, assertiva sobre a posição conservadora e autoritária do pensamento do autor. Veja-se, por exemplo: Bastos; Moraes (1993), Botelho; Ferreira (2010), Brandão (2007).

sistema político-representativo em si, em seu conteúdo teórico-normativo, mas se tratava de pensar nos termos de uma adaptação do modelo político-institucional às características históricas que o autor postulava como intrínsecas da sociedade brasileira. Como exemplo, no capítulo intitulado “O segredo da opinião inglesa”<sup>13</sup>, ao definir democracia como um *sistema de opinião*, Oliveira Vianna (1927) classifica as democracias contemporâneas existentes em dois subgrupos: entre *democracias de opinião organizada* e *democracias de opinião*. Inglaterra e Brasil seriam, respectivamente, arquétipos observáveis dessa categorização então proposta.

Por um lado, na Inglaterra existiria a opinião organizada em sua sociedade, cujo reflexo seria o funcionamento do sistema parlamentar. Segundo Vianna, neste ponto em específico residiria “o mecanismo da democracia inglesa. Toda sua força motriz, como se vê, reside na opinião organizada” (VIANNA, 1927, p. 81). Por outro, constatava que o Brasil não apresentava esta premissa básica para o funcionamento da democracia, ou seja, seríamos desprovidos da condição de um *povo* organizado. A sociedade brasileira, para o autor, constituía-se de uma “massa amorfa” de indivíduos, dispersos pelo imenso território nacional e amplamente comandados por poderes locais e privatistas, o que privilegiava a formação de “clãs” políticos e personalistas. Como saldo, não haveria o sentimento e a consciência coletiva de pertencimento e de solidariedade nacional (VIANNA, 1923). A esse respeito, comparando os países, assinalou que,

Nos movimentos políticos de um Lloyd George, por exemplo, ou de um Chamberlain, de um Asquith ou de um Balfour, não há, por isso mesmo, nada dessa espontaneidade, desse personalismo, próprio aos nossos políticos e agitadores; Muito ao contrario, aqueles homens agem sempre sob a acção de uma *pressure* colectiva – do grupo ou do partido, invisível a nós, cá do outro lado do Atlantico, mas que é a razão intima de todas as suas palavras e attitudes. É que elles não são chefes de bando, de clan ou de facção; são *leaders*, isto é, coordenadores transitórios de uma opinião que marcha – de uma opinião a caminho do Parlamento. (VIANNA, 1927, p. 77-78)

Percebe-se, assim, que seu projeto de construção da nação – associado à ideia de organização do *povo brasileiro* – deveria obedecer às particularidades da “realidade nacional” e às exigências emergentes de problemas “inerentes” à formação histórica do Brasil. A democracia, por seu turno, deveria processar outro

<sup>13</sup> Trata-se do segundo capítulo de *O idealismo da Constituição*, em sua primeira edição, de 1927.

arranjo de modo a responder à especificidade do país diagnosticada por ele, tendo em vista que ao colocar a questão a partir das lentes inglesas estaríamos incorrendo em erro de perspectiva que, para Vianna, desde o processo de Independência se repetia.

Neste movimento de repensar a estrutura política nacional daquele presente, Vianna apontava um dos principais traços que, para ele, obstaculizavam a consolidação do sistema democrático representativo no Brasil: a *insolidariedade social* do povo. Dentre os exemplos mobilizados para sustentar sua tese, fez referência às manifestações políticas inscritas no item 3º do Manifesto do Partido Democrático Paulista, o qual reivindicava o protagonismo das grandes classes econômicas de São Paulo na direção de assuntos públicos. A partir desta exposição, defendeu que o problema não estaria no envolvimento das classes econômicas em assuntos políticos, porém na via pela qual estas buscavam influir, isto é, de “apresentarem-se diante [sic] dele [dos assuntos políticos] como uma massa de interesses conscientes de si mesmos, solidários e unidos como as moléculas de um bloco”, pois “nenhum deles sabe o que é solidariedade de classe, nenhum deles sente o valor dessa solidariedade” (VIANNA, 1927, p. 113). Assim, a falta de solidariedade social e de organização das classes econômicas seria mais uma das então características nacionais a frear a consolidação e o bom funcionamento da democracia no país. Nesse sentido, coloca como condição do funcionamento da democracia no Brasil a formação de um espírito de solidariedade, pois apenas se a “solidariedade puder um dia ser conseguida, podemos esperar tranquilos [sic] o advento da Democracia no Brasil” (VIANNA, 1927, p. 117).

Percebe-se, então, que as características nacionais da *falta de solidariedade social* e da *inexistência de uma opinião organizada* por ele apontadas – conforme observado no jogo comparativo com a realidade inglesa – faziam com que a democracia, enquanto sistema de opinião, constituísse um importante eixo reflexivo em termos do reordenamento jurídico-político a ser adaptado às condições sociais do Brasil<sup>14</sup>. No entanto, nesta mesma edição original, o autor

---

<sup>14</sup> Considera-se aqui, mesmo que de maneira tangencial, o texto fundamental de Oliveira Vianna intitulado *Populações Meridionais do Brasil* (1920). Neste texto, considerado um dos clássicos das interpretações do Brasil pela fortuna crítica, o autor apresenta à literatura política e social brasileira suas principais teses sobre a formação do Brasil e os “males” que dela derivam, temas amplamente mobilizados pelo autor ao longo de sua trajetória intelectual. Dentre os diagnósticos,



pondera poucas sugestões sobre quais deveriam ser os rumos políticos pelos quais o país deveria, então, seguir, dadas essas condições históricas que ele postulou. Pode-se dizer, portanto, que esta primeira edição do texto possui um núcleo crítico à adaptabilidade da democracia no país, porém seu caráter propositivo é restrito.

Em outras palavras, Vianna interpretou a atualidade dessa questão a partir de dois movimentos tensionados: de um lado, questionou a efetividade social e política dos “cem anos de democracia”, um espaço de experiência nacional que, para ele, deveria servir para lastrear e fornecer indicações sobre a crise vivenciada; mas, de outro, não avançou em prognosticar, de maneira propositiva, quais seriam as alternativas políticas de futuro ao país. Já na edição revisada e ampliada do livro, em comparação, publicada no ano de 1939, este espaço “em aberto” é preenchido a partir do uso do conceito de democracia ao incorporar valências – em síntese, o vocábulo “democracia” passa a ser adjetivado, adquirindo uma característica específica, não sendo mais somente um substantivo. Por essa hipótese, passa a possibilidade de criação de um horizonte político alternativo aspirado pelo autor, presente na segunda edição do livro.

149

### **3.2 A mobilização do conceito de democracia em “O idealismo da Constituição”, 2ª edição (1939)**

Ao analisar a reformulação do conceito de democracia no século XVIII, o historiador conceitual Reinhart Koselleck destacou a associação de novas valências alternativas ao uso da categoria política, operadas enquanto recursos semânticos de atualização do termo a novos contextos, articulados a novas formas de organização dos Estados Modernos. Este movimento lexical em torno ao conceito de democracia ampliou, conforme defendido pelo autor, o espectro de expectativas políticas das sociedades daquele período, na medida em que se fez “necessário moldar novamente o conceito por meio de definições adicionais. Somente assim é que ele pode ser funcional politicamente: surgem a democracia popular representativa, a cristã, a social etc.” (KOSELLECK, 2006, p. 107). Tendo por pressuposto essa reflexão koselleckiana acerca do papel e da dinâmica da linguagem na construção do curso da ação política, na medida em que as alterações

---

destaca-se sua tese da “insolidariedade social do povo”, trabalhada por nós de modo mais enfocado neste trabalho.

no léxico político apontam para a abertura de novas possibilidades de uso, constatamos que semelhante movimento de incorporação de valências (de adjetivação do modelo político, na prática) ao conceito de democracia foi operacionalizado por Oliveira Vianna no âmbito da segunda edição de *O idealismo da Constituição*, publicada em 1939. Ao reatualizar o prefácio do texto, Vianna realizou as seguintes alterações em relação ao texto da primeira edição, destacadas em itálico no trecho a seguir:

Ha presentemente um vivo movimento de interesse em torno da velha these da "*democracia liberal*" e da nova these da "*democracia autoritária*". Revivem-se antigos debates sobre a "soberania do povo"; sobre o "suffragio universal"; sobre a "representação política"; sobre o "princípio da liberdade"; sobre o Estado Totalitário, contraposto ao Estado Liberal; sobre o "princípio do chefe"; sobre as "novas fontes da opinião democrática"; sobre a "organização corporativa", etc. Observo, cheio de atenção e curiosidade, o embate de todas essas opiniões, manifestadas, em virtude de circunstâncias do momento, mais na intimidade dos pequenos círculos do que na arena larga do periodismo e dos comícios. (VIANNA, 1939, p. XI, grifos nossos)

150 Ao referir-se à "nova tese da democracia autoritária", é reforçada nossa hipótese sobre um novo arranjo conceitual conferido à ideia de democracia, uma vez que se constata, desde a reelaboração do prefácio da segunda edição do texto, a atribuição de novos valores ao conceito de democracia em tentativa (via ação linguística e política, frisa-se) de inscrevê-lo no curso de mudanças efetuadas a partir da Constituição de 1937 e do novo regime político implantado no país. Nesse plano, o conceito de democracia autoritária é construído em oposição ao criticado modelo da democracia liberal, sistema político representativo que Vianna designa como falho e inadequado ao contexto brasileiro.

Esta hipótese também se sustenta nos argumentos desenvolvidos ao longo do capítulo VI, intitulado "O Estado Novo e a organização de suas fontes de opinião" (capítulo acrescido na segunda edição), no qual Vianna defendeu a ideia de *democracia corporativa* como correlata à *democracia autoritária*, que, segundo ele, fundamenta politicamente a Carta constitucional de 1937:

Na Constituição de 37, esta nova orientação democratica não está expressa de modo taxativo; mas está implícita á estrutura política, por ella organizada: a instituição do Conselho de Economia Nacional, de typo profissional e paritário, potencialmente dotado de poderes legislativos, ao par do Parlamento, e o mandamento do art. 140, que estabelece a organização corporativa da economia da produção, tornaram claro que

a *democracia autoritaria*, ali instituída · (art. 73), busca as suas fontes de opinião, de preferência, nas corporações económicas: estas é que são o "povo", a que allude o art. 1. Esta conclusão é confirmada pela dissolução dos partidos, operada posteriormente por uma lei ordinária, que exprime a nova política do Chefe do Governo. O sentido da Constituição de 37 é, pois, o da democracia social ou, melhor, da *democracia corporativa*, sem embargos das concessões que nella se fazem ao plebiscito e ao suffragio universal, instituições remanescentes da velha democracia liberal. (VIANNA, 1939, p. 216, grifo nosso)

Verifica-se, desse modo, que Vianna não apenas não abandona o conceito de democracia, mas, sobretudo, o reconfigura, objetivando diferenciar, em um contexto de renovação do jogo político-discursivo a ele atrelado, a natureza da *democracia liberal* (exitosa, em sua perspectiva, apenas em países de opinião organizada, como a Inglaterra) da proposta de *democracia corporativa/autoritária* (um modelo orgânico que, para ele, responderia às exigências sociais e traços culturais tidos como arraigados em sua interpretação do Brasil). Percebe-se, assim, que algumas pautas correntes na agenda política dos anos 1930 – inexistentes ou com pouca circulação nos anos 1920 – passaram a compor a estrutura da obra, sustentando desde a ideia de democracia autoritária à organização das classes económicas em princípios corporativos.

151

Sobre o tema, a historiadora Cláudia Viscardi destacou, em recente artigo, que as primeiras referências ao conceito de corporativismo no Brasil foram feitas na década de 1910 (VISCARDI, 2019). Naquele momento, o corporativismo era visto, segundo a autora, “como elemento de desunião da classe trabalhadora” (2019, p. 18). Conforme demonstra, as primeiras mobilizações do conceito em sentido assertivo ocorrem na década de 1920, conjuntura na qual a noção passou a ser compreendida como alternativa política ao modelo liberal de representação política então vigente na Primeira República<sup>15</sup>.

O tema passou a compor as reflexões políticas de Oliveira Vianna – de maneira mais evidente a partir de 1930 com a publicação da obra *Problemas de Política Objetiva* (VIANNA, 1930), embora sem a mobilização direta do conceito de corporativismo propriamente dito. Se na edição original de *O idealismo...* (1927), a questão da organização democrática das classes económicas constituía um de seus últimos capítulos, sua segunda edição traz, após a apresentação desta mesma

---

<sup>15</sup> Em seus estudos, a autora destaca os seguintes periódicos: “Jornal Pacotilha”, jornal “O Brasil”, “Diário Carioca”, “Jornal do Comércio”, “Jornal do Brasil” e os jornais de operários “A Voz do Povo” e “A Classe Operária”. Consultar: Viscardi (2019).

questão, a terceira parte intitulada “Formação dos órgãos de Estado”. Esta é destinada à reflexão sobre distintos problemas sociopolíticos diagnosticados pelo autor, assim como a proposição de soluções aos mesmos, temas já esboçados em *Problemas de Política Objetiva*, como, por exemplo, a institucionalização de conselhos técnicos como forma de organização da representação política nos chamados “governos modernos”.

Relacionado ao problema da organização das fontes de opinião – que, para o autor, constituía o núcleo (e obstáculo) da questão da democracia liberal no país –, Vianna abordou a temática da *representação profissional*. Nesse movimento interpretativo e, ao mesmo tempo, propositivo, elaborou o problema e apontou o rumo que postulava que deveria ser trilhado. Em suas palavras,

Em materia de representação política das classes, penso que devemos começar pelo principio, isto é, estabelecendo a representação das classes nos Municípios. Depois, nos Estados. *E só depois de termos conseguido a organização da representação profissional nos conselhos municipaes e nas assembléas estaduaes é que podemos pensar em realizalo na Assembléa Nacional.* O motivo que tenho para esta conclusão é que *não é possível representação política das classes sem a previa organização profissional dessas mesmas classes.* (VIANNA, 1939, p. 259, grifo nosso)

152

Deixando claro, portanto, seu pressuposto argumentativo – isto é, a necessidade de organizar a representação profissional em conselhos de caráter marcadamente técnico pensando em sua possibilidade de representação política –, Vianna retoma um argumento que havia escrito em 1932, buscando demonstrar, de acordo com esta autocitação, a suposta coerência de seu argumento político. Assim, declara que,

O que nos incumbe fazer é preparar o ambiente para que essas novas forças políticas, que são associações de classes, cresçam, se desenvolvam e possam, justamente pela força e desenvolvimento adquiridos, penetrar no campo da vida política e colaborar na ordem legislativa e administrativa do Estado, como está acontecendo na Europa. Por enquanto, porem, não me parece prudente construir um edificio político, que se vá assentar sobre um presupposto, que não tem, no momento, nenhum fundamento solido na realidade nacional. (VIANNA, 1939, p. 265)

Ao destacarmos o excerto acima, reforçamos a lógica a que subjaz seu argumento, a saber: a primazia em organizar a representação profissional em classes visando à representação política das mesmas. É interessante observar que, ao atualizar seu escrito, alertou em nota que se tratava não apenas de uma reflexão

exposta por ele no ano de 1932, mas também apontara que no momento no qual publicava a segunda edição o país já havia avançado nas questões relativas à organização profissional. A esse respeito, veja-se:

Escrevi isto em 1932, quando havia apenas cerca de 88 associações de classes. Hoje, a situação está sensivelmente mudada. Há já uma grande rede de sindicatos patronais e operários (cerca de 1.916) e a sua colaboração está resultando fecunda, principalmente nas regiões industrializadas do Sul. Na Constituição de 37, é dado grande papel às classes profissionais, inclusive a de realizar a articulação corporativa da economia nacional; mas, é claro, tudo está dependendo da capacidade delas para se organizarem. (VIANNA, 1939, p. 265)

Ao defender o reordenamento político a partir de princípios corporativos, como sustenta em larga argumentação em seu texto *Problemas de Direito Corporativo* (1938), discute minuciosamente questões relativas à organização profissional e à adequação do corporativismo à sociedade brasileira (VIANNA, 1938). Portanto, fica claro que se utilizou de uma reflexão recente sua, inscrita neste livro dos anos 1930, para reformular a segunda edição de *O idealismo...* (1939) e ambientá-lo, assim, a seu novo contexto político.

153

Ampliando nossa perspectiva de análise para questões contextuais, vale grifar a posição de Oliveira Vianna na década de 1930 enquanto intelectual inscrito no quadro do regime varguista e, mais precisamente, como principal responsável pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no momento da publicação da segunda edição do livro em análise. Nos anos 1930, Vianna, então situado no quadro burocrático daquele regime político, passou a defender que as classes econômicas deveriam ser organizadas corporativamente, o que, em sua perspectiva, solucionaria dois problemas inerentes à formação social brasileira: por um lado, o sistema de representação de interesses via corporações seria o caminho que geraria o sentimento de solidariedade social entre o povo (desde a organização das classes produtivas); por outro, este mecanismo político barraria os interesses político-econômicos de caráter “egoísta” segundo seu diagnóstico (da cunhada “política de clã”), característica essa, na visão do autor, intrínseca ao comportamento de nossas elites políticas.

#### **4. Considerações finais**

Ao propormos estudar a obra *O idealismo da Constituição* a partir de análise que comparou o texto de suas duas primeiras edições (1927/1939), constatamos que, para além de proporcionar inteligibilidade histórica aos contextos políticos nos quais os textos se colocavam, desvelava-se a transformação a um mesmo tempo retórica e semântica feita pelo autor ao introduzir valências ao conceito político de democracia, tornando-o um marcador das mudanças históricas que ocorriam nos anos 1930. Desde a linha de interpretação de sua crítica da democracia liberal à proposição contundente de uma *democracia corporativa/autoritária* – as nuances discursivas introduzidas por Oliveira Vianna, compreendidas através de aportes metodológicos da história conceitual, permitem discernir dois contextos políticos que afetam e dialogam de modo diverso com a produção de sua obra: o contexto de incertezas sociopolíticas gerado pela crise da democracia liberal nos anos 1920 e o âmbito de institucionalização de governos autoritários nos anos 1930, o que ocorreu abertamente no país com a colaboração política e intelectual de Vianna.

154

Como vimos, Oliveira Vianna foi importante ator intelectual e atento colaborador jurídico do regime instituído na década de 1930 e sua prática profissional é, de fato, um dos fatores decisivos a sua inflexão intelectual na agenda de problemas que se dedicou a investigar, sobretudo a partir da temática do corporativismo. Nesse sentido, o fator principal de revisão do texto está em compreender o caráter propositivo (de ação política) acentuado que a segunda edição da obra em foco, publicada em 1939, assumiu à luz de um viés corporativista aportado como solução aos problemas nacionais.

Como foi possível perceber no desenvolvimento deste trabalho, o conceito de democracia ganhou nova roupagem na perspectiva vianniana, passando a compor o jogo das possibilidades político-discursivas brasileiras nos anos 1930. Neste duplo movimento entre formulação teórica e defesa do regime autoritário estado-novista que passa a ser operado por Vianna na segunda edição da obra, interpreta-se a adição de valência ao conceito, tornando-o novamente operacional nos anos 1930. Com isso, pode-se concluir que, na relação tensional entre a produção do autor e os ambientes intelectuais nos quais os conceitos foram mobilizados, esses

ajustes no texto acompanharam e se adaptaram às transformações da realidade política nacional em curso.

Compreender, portanto, a transformação e atualização do texto no sentido de sua inserção em (novos) contextos políticos passa decisivamente pela visualização dos novos usos (os *lances*) dados aos conceitos, de modo a fabricar novas relações, como na postulada entre democracia e autoritarismo/corporativismo desde os anos 1930 no pensamento de Vianna. Reconhecer esse elemento põe em perspectiva o que, muitas vezes, parece-nos incompreensível do ponto de vista teórico (por exemplo, uma “democracia autoritária”), mas que, sob os olhares daquele contexto particular, articulava-se como recurso ao horizonte de possibilidades discursivas e de ação política efetiva. Em outras palavras, analisar a operação interpretativa realizada na obra requer percebê-la em ato como uma resposta de um ator político e social particular a conflitos ideológicos também particulares, ambientados em um contexto linguístico e histórico específico no interior de diferentes linguagens políticas entrelaçadas, o que torna o conceito de “democracia autoritária/corporativa” compreensível apenas no paradigma de seu uso, isto é, como conceito situado no horizonte pragmático de seu tempo.

155

## 5. Referências Bibliográficas

ALVES FILHO, A.; PENNA, L. de A. **O contexto histórico da geração que nasceu com a República**. In: ALVES FILHO, A. (org.). Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira — pioneirismo, contribuições e questões polêmicas. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2011.

AMARAL, A. J. de A. **O Brasil na crise actual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

BASTOS, É. R.; MORAES, J. Q. de (org.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BOTELHO, A.; FERREIRA, G. N. (org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

BRUNO, D. M. **Entre experiências do tempo, matrizes identitárias e (re)configurações da nação: mobilização da história ante o desafio da construção nacional nos discursos sobre o Brasil**. In: BRUNO, D. M.; COSTAGUTA, G. D. (org.). O



Brasil republicano em perspectiva: diálogos entre a história política e a história intelectual. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2020, cap. 6, p. 157-182.

COSTAGUTA, G. D. Oliveira Vianna, acción política e interpretaciones del Brasil en 1930: Problemas de política objetiva 90 años después. **Revista Escriaturas**, v. 4, n. 1, p. 142-160, 2020.

CUNHA, D. Os conceitos de democracia e revolução no pensamento autoritário de direita entre a ditadura do Estado Novo e o fim do regime militar. **Revista Política Hoje** - v. 27, p. 85-122, 2018.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

FONTANA, F. **Teoria e prática:** Oliveira Vianna como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1932-1940). Tese (Doutorado em Ciência Política) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2017.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2014.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-RIO, 2006.

SILVA, R. História intelectual e teoria política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, 2009.

SKINNER, Q. **Visões da Política:** sobre os métodos históricos. Algés: DIFEL, 2005 [2002].

TORRES, A. **As Fontes da vida no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

VIANNA, O. **Evolução do Povo Brasileiro**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Companhia Editorial Nacional, [1923].

VIANNA, O. **O idealismo da Constituição**. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.

VIANNA, O. **O idealismo da Constituição**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Nacional. 2ª Edição Aumentada, 1939.

VIANNA, O. **Problemas de Direito Corporativo**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.

VIANNA, O. **Problemas de Política Objetiva**. São Paulo: Editora Nacional, 1930.

VISCARDI, C. Corporativismos: uma análise conceitual e historiográfica. In: ABREU, L. A. de; VANNUCCHI, M. A. **Corporativismos ibéricos e latino-americanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

***The idealism of Constitution in Brazil between the 1920s/30s: the rewriting of the text under different political contexts***

Gabriel Duarte Costaguta  
Daniel Machado Bruno

**Abstract:** During the 1920s and 1930s there was the emergence of political and social crisis of the models identified with liberal-representative democracy in Brazil and several other countries in the Americas and Western Europe. At that time, many Brazilian intellectuals had produced critiques of liberalism in order to interpret it as responsible for the political, social and economic problems of society at the beginning of the 20<sup>th</sup> century, as the case of Francisco Jose de Oliveira Vianna, an important Brazilian intellectual in this period. In this text, based on a perspective from intellectual history, we propose to understand his book *The idealism of Constitution* (1927) considering, on the one hand, his critique of national liberalism (about the republican experience in the 1920s) and, on the other hand, the dimension of rhetorical and semantic transformation operated by the author in the second edition of the book (1939). In this sense, we argue that to understand this text it is necessary to investigate the mobilization of new values added to the concept of democracy (between the two editions) as a renewed instrument of political and intellectual debates at the time.

**Keywords:** Oliveira Vianna; Brazilian political and social thought; Intellectual History; Corporatist Democracy; political contexts.

***El idealismo de la Constitución en Brasil entre los años 1920/30: la reescritura del texto bajo diferentes contextos políticos***

Gabriel Duarte Costaguta  
Daniel Machado Bruno

**Resumen:** En las décadas de 1920 y 1930, hubo el surgimiento de crisis políticas y sociales de los modelos identificados con la democracia liberal en las Américas y Europa Occidental. En ese momento, muchos intelectuales brasileños produjeron críticas al liberalismo, interpretándolo como responsable por los problemas políticos, sociales y económicos de aquel contexto. Uno de ellos fue Francisco José de Oliveira Vianna, intelectual brasileño muy activo en los debates políticos de la época. En este artículo, basado en la perspectiva de la historia intelectual, proponemos interpretar su obra *El idealismo de la Constitución* (1927) considerando, por un lado, su crítica al liberalismo nacional; por otro, la dimensión de la transformación retórica y semántica operada por el autor en la segunda edición del libro (1939) a la luz de una nueva interacción con un contexto político diferente de aquel de los años 1920. En este sentido, se defiende que una adecuada comprensión de este texto requiere acompañar e indagar, entre sus dos versiones, la movilización contextual de los nuevos valores semánticos introducidos particularmente al concepto de *democracia* operada por el intelectual.

**Palabras-clave:** Oliveira Vianna; Pensamiento político y social brasileño; Historia intelectual; Democracia corporativa; contextos políticos.

Recebido em 14 de setembro de 2020  
Aprovado em 11 de fevereiro de 2021